

## Reclamação no STF pede anulação de buscas contra advogados

A reclamação apresentada pela OAB ao Supremo Tribunal Federal, [adiantada](#) pela **ConJur**, pede a anulação do maior [bote](#) contra a advocacia brasileira, determinado pelo juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio. A ação se baseou na delação de Orlando Diniz, ex-presidente da Fecomercio do Rio de Janeiro.

Reprodução/Instagram



Juiz federal Marcelo Bretas, da 7ª Vara do Rio  
Reprodução/Instagram

A Ordem dos Advogados do Brasil sustenta que as apurações envolvem autoridades com prerrogativa de foro e, por isso, a competência para julgar e processar o caso seria do STF.

Além disso, acusa o Ministério Público Federal no Rio de empreender um "malabarismo jurídico" na tentativa de manter o caso correndo na primeira instância.

A entidade critica a ordem de busca contra os advogados sob alegação de que a decisão proferida por Bretas foi "genérica" e não apresentou delimitação temática e temporal para conduzir seu cumprimento o que, segundo a entidade, abriu brecha para a apropriação de elementos sensíveis e não relacionados com a investigação. A reclamação, [divulgada](#) por Fausto Macedo, do *Estadão*, ainda acusa a operação de ter sido montada com o propósito de "expor os advogados à execração pública e à publicidade opressiva".

Os pedidos da OAB incluem a suspensão dos efeitos da homologação da delação premiada de Orlando Diniz, de forma cautelar, e o envio do material ao Supremo; e, no mérito, o reconhecimento da competência do STF para processar o caso e a declaração de nulidade das decisões da 7ª Vara Federal do Rio no caso.

### Abusos

Bretas também [ordenou](#) nesta semana o bloqueio das contas de advogados que foram alvos de busca e apreensão na semana passada. PF e MPF haviam cumprido 50 mandados de busca e apreensão contra

escritórios, casas de advogados e empresas.

A ordem foi considerada uma [tentativa de criminalização](#) da advocacia pela comunidade jurídica. Além disso, tem [erros de competência](#), já que a Fecomercio é uma entidade privada e deveria ser investigada pela Justiça Estadual; e de [imputação de crimes](#), já que seus dirigentes não podem ser acusados de corrupção nem peculato.

O empresário Orlando Diniz já foi preso duas vezes e vinha tentando acordo de delação desde 2018 — que só foi homologado, segundo a revista *Época*, depois que ele concordou acusar grandes escritórios de advocacia. Em troca da delação, Diniz ganha a liberdade e o direito de ficar com cerca de US\$ 1 milhão depositados no exterior.

Trechos vazados da delação de Diniz ainda mostram que o empresário foi [dirigido](#) pelo Ministério Público Federal do Rio no processo. Em muitos momentos, é uma procuradora quem explica a Diniz o que ele quis dizer. Quando o delator discorda do texto atribuído a ele, os procuradores desconversam, afirmando que vão detalhar nos anexos.

Nesta quinta-feira (17/9), o juiz Marcelo Bretas foi [condenado à pena de censura](#) pelo Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES). Ao participar de eventos ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e do prefeito Marcelo Crivella (Republicanos), o juiz demonstrou uma desnecessária proximidade com políticos, comprometendo sua imparcialidade com magistrado, afirmaram os desembargadores.

Clique [aqui](#) para ler a petição  
Rcl 43.479

**Date Created**  
18/09/2020